

Ana Marisa Chudzinski-Tavassi (pesquisadora do Laboratório de Bioquímica e Biofísica do Instituto Butantan). O prof. Camargo possui graduação em Medicina e doutorado em Farmacologia, pela Universidade de São Paulo. Foi professor de Farmacologia na USP e pesquisador nível VI no Instituto Butantan. Atualmente é coordenador do Centro de Toxicologia Aplicada (CAT/CEPID), desde a sua criação pela Fapesp, em 2000. Sua experiência em Farmacologia apresenta ênfase em bioquímica molecular, principalmente nos temas: neuropeptídeos, peptídeos bioativos e toxinas animais. Hoje ele é o grande interlocutor para assuntos de inovação dentro do Instituto Butantan e também no cenário nacional.

A dra. Luciana Cerqueira Leite, possui graduação em Química pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Ciências Biológicas e Química pela Universidade de São Paulo. Atualmente ela é pesquisadora científica do Instituto Butantan, com experiência na área de biotecnologia molecular e ênfase em desenvolvimento de vacinas, principalmente BCG recombinante, difteria e tétano, pneumococos e esquistossomose. Abrimos então a discussão.

Nelson Ibañez (vice-diretor do Instituto Butantan e coordenador do Laboratório de História da Ciência). O Instituto Butantan está conseguindo desenvolver dois modelos de desenvolvimento tecnológico completamente diferentes e, ao mesmo tempo, simila-

res. Pelo que ouvi na semana passada, em uma palestra do economista Carlos Gadelha, vice-presidente da Fiocruz e também pelas falas do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acredito que deveríamos fazer essa discussão inserida na política que o Ministério da Saúde vem introduzindo na área. Do ponto de vista institucional, que mudanças precisamos ter para começar a acompanhar esse processo? Em uma perspectiva histórica, Vital Brazil falava que não devíamos produzir medicamentos; ele foi contra a abertura de um setor de medicamentos no Butantan mas, ao mesmo tempo, favorável a manter a produção de soros e vacinas, por ser importante para o conjunto da sociedade brasileira. Vital Brazil achava que a comercialização de um produto farmacêutico seria uma questão de interesse privado. Hoje o conceito de complexo industrial, de complexo produtivo da saúde, nos coloca questões muito próximas a essa. Ciência, tecnologia e inovação passam a ser não só de interesse da saúde enquanto finalidade, mas da saúde enquanto bem econômico. O ministro coloca três pontos como fundamentais para a ciência e tecnologia: 1) A importância do Ministério da Saúde interferir nos processos de financiamento do BNDES para investimentos na indústria e, com isso, garantir algum retorno para a sociedade; esse retorno é o compromisso da indústria com as instituições de pesquisa, visto que as empresas no Brasil não investem em pesquisa e desenvolvimento, praticamente é só o Estado que investe. Esse quadro poderia ser revertido com empréstimos do BNDES que estimularia seletivamente setores da indústria; 2) A necessidade de aumentar o poder de compra do Estado na negociação de preço; e 3) O fortalecimento do apoio à produção pública de imunobiológicos no caminho da autosuficiência, aspecto que interessa a nós, já que existem somente duas instituições que produzem hoje imunobiológicos no Brasil e que dominam setores da biotecnologia: Butantan e Fiocruz. Ao apresentar essas questões, creio ser possível perceber que se abriu a possibilidade de navegarmos nas políticas públicas desse setor. Ao mesmo tempo, notemos a areia movediça em que nós estamos; é

a burocracia, é o fato de não termos uma estrutura institucional capaz de dar suporte e respostas imediatas. Mas é isso que nós precisamos construir.

Antonio C.M. de Camargo. Creio que a diferença entre as minhas colocações e da Luciana (Luciana Cerqueira Leite) é que quando falamos de imunobiológicos, falamos de saúde pública em países como o nosso. É muito claro que hoje o mundo se divide em duas partes: os países desenvolvidos em que as doenças crônicas ocupam 60% da necessidade de medicamentos e que daqui a dez anos ocuparão 80%, e os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Nestes países ainda prevalece o investimento na necessidade de tratamento de doenças infecciosas que já não são prevalentes nos países desenvolvidos. Desta forma, no caso do CAT/CEPID, nós não estamos falando de saúde pública brasileira. Isso é importante ser referido porque o que nós fazemos são patentes de interesse internacional. Toda a América Latina corresponde a 4% do consumo de medicamentos mundiais e o Brasil representa um pouco mais do que 1%. O mercado brasileiro é muito pequeno. O interesse das patentes que estamos desenvolvendo é muito mais significativo para fora do que para dentro do país. Isso já não acontece como os imunobiológicos, que são muito mais importantes para o país. Essa é uma diferença. E porque que nós fazemos, em um país em desenvolvimento como o nosso, medicamentos para serem usados pelos países desenvolvidos? Essa é uma pergunta muito importante e, como tenho uma participação militante no interesse da saúde pública brasileira, fico muito incomodado quando me fazem essa pergunta. A questão é a seguinte: o que vou fazer com todo o conhecimento científico resultante do investimento de dinheiro público brasileiro? Vou só publicar trabalhos ou vou fazer alguma coisa a mais? Acredito que posso contribuir para o país a melhorar o seu PIB, ajudando as empresas brasileiras a ganharem mais e, portanto, empregarem mais gente. Pode ser uma racionalização da minha parte, mas é uma resposta honesta a esta pergunta. Acho que o que

estamos fazendo interessa ao primeiro mundo e, portanto, as nossas patentes nem deveriam ser depositadas no INPI, mas fora do Brasil. Primeiro, porque o Brasil demora sete anos para julgar uma patente, enquanto lá fora é muito mais rápido. Por outro lado, para depositar uma patente fora do país, essa patente precisa ser boa, muito bem escrita e protegida. É preciso ter certeza absoluta de que se está entrando num nicho possível de exploração econômica pois aí o que interessa é o mercado, não é a saúde. É preciso desmistificar um pouco a idéia de que estamos trabalhando para a saúde pública. Não estamos! É a indústria farmacêutica que teria interesse nisso, é interesse econômico. Se vai ajudar a saúde pública, para a indústria farmacêutica é secundário. O interesse da indústria farmacêutica é o ganho, isso é muito claro. Portanto, quando se vai negociar com uma empresa farmacêutica, seja ela brasileira ou estrangeira, não devemos achar, por ingenuidade, que estamos ajudando... Nada disso, é negócio! E como tal, a nossa indústria farmacêutica deveria primeiramente aprender a fazer o que chamam de diligence research, ou seja, pagar para uma empresa americana realizar a avaliação da patente. Essas empresas fazem um relatório das possibilidades econômicas: nicho de mercado, quem são os concorrentes, avaliações do lucro potencial. São estudos muito aperfeiçoados fora do Brasil, principalmente nos Estados Unidos. Assim seria possível saber quanto valem as nossas patentes e como deveriam ser negociadas. No momento nós não sabemos. Eu estou conhecendo um pouco mais desse assunto, pois estou diretamente envolvido. Então, nesse ponto eu acho muito importante esclarecer que o CAT/CEPID usa o conhecimento que tem para desenvolver propriedade intelectual para uso, principalmente, em comércio farmacêutico.

Nelson Ibañez. O setor de Biotecnologia é também um setor de mercado. As empresas multinacionais de vacinas entram nesse mercado porque querem dominar processos biotecnológicos como uma linha de desenvolvimento, do ponto de vista do investimento público do país. Também eu estou pensando no desenvolvimen-

to do país. No caso da produção do Butantan, existe o interesse mercadológico e o interesse do conhecimento científico. Temos que dominar determinados processos já que a nossa dependência, mesmo na área de imunobiológicos, é alta, ou seja, nossos contratos de transferência tecnológica são leoninos. Não temos que comprar, temos que fazer... E avançar no sentido do conhecimento e da inovação. É claro que o Estado tem que investir. É um nicho de mercado que nós desenvolvemos no Brasil e que é possível. Temos que olhar para o mercado também e não só para a saúde pública. No entanto, prioritariamente somos uma instituição pública e produzimos o que interessa para a saúde pública, para baratear custo, mas do ponto de vista do conhecimento, é um conhecimento que entra no mercado diretamente nas empresas. Desmistificando um pouco do que é mercado ou saúde pública, ambas devem andar juntas.

As instituições de pesquisa e as universidades hoje precisam ter um desenvolvimento institucional nessa área. Se continuarmos a ser artesanais e burocráticos, reproduzindo a estrutura do Estado, não vamos conseguir ter inteligência para dialogar nem com a indústria privada nem com o Governo. Há uma lei da inovação onde precisamos entrar. Precisamos de economistas na instituição? Talvez. Precisamos de advogados? Sim, e não só o procurador do Estado, mas profissionais que nos propiciem conhecimentos sobre isso e que nos defenda também, que participe dessa negociação. É preciso proteger o trabalho do pesquisador, do contrário estaremos matando a galinha dos ovos de ouro. É preciso proteger as instituições; se não existissem o Butantan e a Fiocruz, hoje estaríamos dependendo totalmente do mercado internacional para a compra de imunobiológicos e vacinas. Não haveria vacinas porque com o preço da vacina de fora, nós não conseguiríamos comprar. Então, as instituições têm sim um papel e hoje estamos em um momento importante, pois há uma política de Governo. Olhando para a política e ouvindo o que o ministro Temporão está falando, reconheço uma possibilidade. Ficamos entusiasmados, não otimistas, já que vamos participar desse processo. No entanto devemos que nos fortalecer institucionalmente.

Ana Maria Chudzinski-Tavassi. Creio que essas opiniões não são excludentes e eu concordo com o Nelson que fazemos parte da saúde pública. A visão do Isaias (Isaias Raw) de que devemos produzir e vender para o Ministério da Saúde sem auferir lucro é fantástica e sou totalmente a favor. Nós somos um país pobre e desenvolvemos tecnologia. Por outro lado, isso não exclui algum interesse externo, em negociar também. No caso específico da Luciana não há interesse, mas poderia haver. A partir do momento em que se entra numa linha de produção e que pode gerar dinheiro tudo vai ficar um pouco diferente. A instituição vem discutindo e crescendo nesse sentido; precisamos, sobretudo os pesquisadores, ser orientados sobre o que fazer. Concordo com o Camargo que a situação atual do INPI está muito complicada. As patentes são depositadas e sete, oito anos depois estão no mesmo lugar. Porém depositar fora do país é caro. Poderíamos pedir extensão para cá, é o que se faz. Patenteiam tudo lá e mandam extensão para cá, para impedir que a gente produza. Não pagam royalties e nós temos que pagar. Existem várias patentes americanas no INPI. Temos que ficar mais espertos, garantir o que a instituição queira e possa produzir, e que não pague royalties. É um absurdo mas, se descuidarmos, vamos acabar pagando. Temos que crescer nessa discussão, orientar melhor os pesquisadores e começar a proteger as nossas pesquisas, os nossos avanços, sobretudo aqueles que possam ser transferidos para uma tecnologia.

Ivo Lebrun (pesquisador científico do Laboratório de Bioquímica do Instituto Butantan). Nós fizemos uma proposta que foi encaminhada para os deputados estaduais sobre a Lei de Inovação Estadual porque hoje a Constituição do Estado de São Paulo inviabiliza qualquer processo de inovação. O artigo 272 da Constituição de São Paulo diz que qualquer propriedade do Estado é um bem inalienável. E para que o Estado possa negociar, licenciar etc, é preciso uma autorização do Governador e da Assembléia Legislativa. São duas grandes barreiras para a inovação: a primeira é a questão

da propriedade intelectual. Quem é o proprietário? Se for o Estado, inibe-se ou impede-se o investimento privado e, conseqüentemente, que esse processo se transforme em bem social. A segunda é a exigência de licitação. Esses dois aspectos são impeditivos. Se o Estado não fizer uma reforma na Constituição e nas leis vamos ficar discutindo à toa. Porque uma empresa que tem parte de uma patente e tem como co-titular o Estado, tem também, aqui no Brasil, um grande problema. Imagine que a molécula da Yara Cury, pesquisadora do Laboratório de Fisiopatologia do Instituto Butantan vire um blockbuster para uma grande indústria multinacional. A concorrente vai rastrear para ver se encontra algum furo porque ela tem uma molécula concorrente. Essa empresa concorrente, que pode ser a Aventis por exemplo, vem rastrear no Brasil para saber se existem furos e vai perceber que a constituição do Estado de São Paulo impede e acaba inviabilizando aquela patente. Se nós não abriremos o olhar para isso e nós quisermos que essas patentes tenham interesse internacional, temos que resolver as questões internas. Estamos brincando de fazer remédio, mas no fundo, lá fora é completamente diferente. Nenhuma das propostas apresentada resolve esse tipo de problema. Gostaria também de deixar uma questão para direção do Instituto Butantan: incentivar a produção de patentes, de propriedade intelectual é mais importante para o país ou para a instituição? Se a resposta for que é mais importante para o país, devemos trabalhar na direção de eliminar as barreiras para torná-la viável. Por outro lado, se for mais importante para a instituição, estaremos nos reportando aos países que tiveram enormes problemas com isso e que só resolveram o problema quando o país chegou à conclusão de que é mais importante para o país do que para as instituições.

Luciana C. Cerqueira Leite. A nova Lei da Inovação que está sendo regulamentada pelo Estado tenta eliminar algumas dessas barreiras. Não vai ser um milagre e nem vai conseguir resolver todos os problemas mas ela tenta regulamentar, de certa maneira, as

interações entre as empresas e as entidades governamentais. Essa questão da interação pode melhorar um pouco mas concordo que não vai resolver todos os problemas. No entanto, é uma diretriz. Temos que esperar para ver.

Nelson Ibañez. Eu acredito que a Lei avança no sentido de colocar em pauta essa discussão. Agora, eu concordo, essa lei não está pensando em todos os aspectos referentes a nossa situação enquanto país. Nós temos que mudar o rumo: devemos pensar em nos desenvolver e aí vamos buscar leis que permitam esse desenvolvimento do País no sentido de reorientar a política de corte neoliberal para o setor.